



Cobrado pelas Forças Armadas, presidente da Corte, Alexandre de Moraes, concorda em fazer avaliação de integridade das urnas eletrônicas com participação de cidadãos reais

TSE cede a militares e fará teste com eleitores

» VICTOR CORREIA

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, cedeu às pressões de militares e se comprometeu a fazer um teste de integridade das urnas eletrônicas com a participação de eleitores no dia do pleito. A decisão ocorreu, ontem, em uma reunião entre Moraes e o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira.

Em nota após o encontro, o TSE afirmou que apresentará, em conjunto com os militares, um “projeto-piloto complementar” seguindo o modelo apresentado pelas Forças Armadas para o teste. A Corte não detalhou, porém, se as alterações serão realizadas ainda neste ano. Procurado, o Ministério da Defesa reiterou as informações da nota divulgada pelo tribunal.

O teste é comumente realizado nos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) com uma amostra aleatória de urnas para conferir se os registros nos equipamentos são compatíveis com um controle realizado a mão em um pleito simulado. Tem sido assim há 20 anos.

Segundo os militares, usar a biometria de eleitores e fazer o teste nas próprias seções colocam a testagem em um ambiente mais realista. Técnicos da Corte, porém, relutam em aceitar o modelo, especialmente com uma mudança tão perto do pleito. Um dos argumentos contra a participação de eleitores é a possibilidade de fragilizar o sigilo do voto, já que o participante provavelmente usaria o mesmo candidato no teste e na votação real.

O encontro de ontem foi o segundo entre Moraes e Nogueira para discutir medidas de segurança das urnas eletrônicas e a transparência no processo eleitoral. Participaram, também, técnicos do tribunal e do ministério.

Segundo o TSE, durante a conversa, os participantes reconheceram o êxito dos testes de verificação das urnas, realizados pela Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de

Ed Alves/CB/D.A Press



Moraes na reunião com Nogueira: TSE não deixou claro se mudança ocorrerá já no pleito de outubro

Memória

Diversas sugestões

Os militares já enviaram 88 questionamentos e pedidos de informação ao TSE. A caserna fez diversas sugestões de melhorias no processo eleitoral, das quais algumas chegaram a ser incorporadas pela Justiça Eleitoral. Todas as demandas foram respondidas pelo tribunal, com justificativas para atender ou descartar as propostas, mas as Forças Armadas insistem em realizar uma nova versão do teste de integridade.

Campinas (Unicamp) e Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Equipes das instituições fizeram uma bateria de testes durante 60 dias nos equipamentos e não encontraram nenhuma falha ou vulnerabilidade.

Ainda conforme a nota do tribunal, na reunião, “também foi reafirmado que haverá divulgação de todos os Boletins de Urna pelo TSE, possibilitando a conferência e a totalização dos resultados eleitorais pelos partidos políticos e entidades independentes”.

Os Boletins de Urna são documentos contendo dados do

equipamento eletrônico divulgados logo após o término da votação, como o total de votos por partido e candidato e o horário de encerramento da eleição, entre outras informações.

Questionamentos

Um dos militares levados por Nogueira ao encontro, o coronel Marcelo Nogueira de Souza liderou a equipe que auditou o código-fonte das urnas entre 3 e 19 de agosto. Em julho, durante participação em audiência pública no Senado, ele questionou a

segurança das urnas eletrônicas.

“No que tange à vulnerabilidade interna, até o momento a gente não tem disponível documentação que nos leve a formar uma opinião conclusiva de que a solução é segura em relação a uma ameaça interna”, disse, na ocasião, ao participar de sessão na Comissão de Fiscalização e Controle do Senado. Nogueira também estava presente.

Na comissão, o coronel chegou a admitir que há um grande nível de proteção das urnas contra ameaças externas, como tentativas de invadir o sistema, mas avaliou que os equipamentos estariam vulneráveis a “códigos maliciosos”, que podem alterar o seu funcionamento.

Até o momento, os militares não apresentaram os resultados da inspeção que fizeram no mês passado. Os códigos das urnas são abertos e podem ser acessados pelas entidades fiscalizadoras até o momento da lacração do sistema, que ocorrerá amanhã. Não há registros de fraude nos equipamentos desde sua implantação, em 1996.

Embate com empresários

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), atendeu a um pedido do líder da oposição no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), e não da Polícia Federal ao determinar a quebra do sigilo bancário e telemático de empresários alvos de operação da corporação. Os executivos trocaram mensagens em que defendiam golpe de Estado em caso de derrota do presidente Jair Bolsonaro (PL) nas eleições.

Empresários e o próprio Randolfe Rodrigues se manifestaram, ontem, sobre o caso. Foram alvo da operação, deflagrada na terça passada, Luciano Hang (Havan), José Isaac Peres (rede de shoppings Multiplan), Ivan Wrobel (Construtora W3), José Koury (Barra World Shopping), Luiz André Tissot (Grupo Sierra), Meyer Nigri (Tecnica), Marco Aurélio Raimundo (Mormaii) e Afrânio Barreira (Coco Bambu).

Ivan Wrobel declarou à CNN “incompreensão” com a atitude do senador de pedir à Corte investigação “de um cidadão que não tem prerrogativa de foro, não tem qualquer envolvimento partidário e, portanto, não deveria ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal”.

Já Afrânio Barreira afirmou que “nosso compromisso será com a verdade e a transparência”. “Não temos envolvimento com nenhum movimento

Jefferson Rudy/Agência Senado



Randolfe: é preciso denunciar quem trama contra o Estado de direito

antidemocrático, nunca fui abordado e nunca abordei ninguém com relação a assuntos antidemocráticos, com quem quer que seja”, acrescentou.

Segundo documentos obtidos pelo *Estadão*, a Polícia Federal pediu apenas a apreensão de celulares e quebra do sigilo das mensagens dos empresários. Na representação, o delegado Fábio Alvarez Shor citou suspeita de “atividade irregular de patrocínio” no financiamento de “atos patrióticos” pelos empresários, mas não pediu a quebra do sigilo bancário.

Randolfe Rodrigues, por sua vez, usou as redes sociais para se manifestar. “Trata-se de denunciar aqueles que articuladamente conspiram contra o Estado democrático de direito, não somente com troca de mensagens em grupos de WhatsApp, mas, além disso, financiando atos democráticos como esses que estão sendo programados para a próxima semana”. O parlamentar fez menção à convocação feita pelo presidente Jair Bolsonaro para que apoiadores tomem as ruas no 7 de Setembro. (VC)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Estratégia de Lula levará disputa para o segundo turno

As pesquisas estão mostrando que a estratégia de campanha do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que era o franco favorito das eleições, não está viabilizando sua vitória no primeiro turno. Ao contrário do levantamento do Ipec de terça-feira, que não captou a repercussão do debate entre os candidatos, a pesquisa do Ipespe, divulgada ontem, revelou alterações importantes. Na primeira, Lula ainda venceria as eleições no primeiro turno; na outra, não haveria a menor chance de isso acontecer, porque, a 32 dias das eleições, a distância entre o petista e o presidente Jair Bolsonaro é de seis pontos na pesquisa espontânea (40% a 34%) e oito na estimulada (43% a 35%). Lula caiu um ponto na estimulada, e Bolsonaro cresceu quatro na espontânea.

O ex-presidente está enfrentando dois problemas: a lenta recuperação de Bolsonaro em alguns segmentos, como evangélicos e mulheres, na Região Sudeste e na população de renda até um salário mínimo, que até agora parece ser insuficiente para ultrapassá-lo, mas é o bastante para aproximá-lo do petista no segundo turno; e a resiliência dos candidatos da chamada terceira via, que se mantêm na disputa e ocupam uma franja do eleitorado antipetista que não pretende voltar para os braços de Bolsonaro, ao menos no primeiro turno. Ciro avançou um ponto na espontânea (4% para 5%) e manteve os 9% de julho. Simone Tebet subiu de 1% a 3% na espontânea, e ganha também um ponto na estimulada, de 4% para 5%. Felipe D'Ávila continua com 1%, tanto na espontânea quanto na estimulada.

Lula tem forte expectativa de poder a seu favor, mas sua vantagem em relação a Bolsonaro no segundo turno começou a cair, passando de 17 para 15 pontos. Continua sendo uma boa margem, o suficiente para demover o presidente da República de qualquer tentativa golpista, ainda mais porque ficaria muito difícil contestar o resultado das eleições com uma diferença de tal ordem. Mas o cenário efetivamente está em mudança. A pesquisa mostra que a percepção popular em relação ao governo melhora, com reflexos nos índices de rejeição de Bolsonaro.

Recuperação

A geração de fatos positivos pelo governo, a partir da aprovação da PEC Emergencial e do pacote de bondades, começa a repercutir na avaliação do Executivo e na rejeição de Bolsonaro. Auxílio Brasil, vale-gás, auxílio caminhoneiro, auxílio taxista, empréstimo consignado e reduções no preço dos combustíveis servem de agenda positiva para a campanha do presidente no rádio, na televisão e nas redes sociais.

Resultado: sua aprovação foi de 36% para 39%, enquanto a desaprovção diminuiu, de 59% para 57%; e a avaliação positiva (“ótima/boa”) foi de 32% para 35%, e a negativa (“ruim/péssima”) recuou de 49% para 46%. A avaliação do desempenho de Bolsonaro também melhorou: o “ótimo/bom” foi de 32% para 35%, enquanto o “ruim/péssimo”, de 49% para 47%. Um dado que merece atenção foi a redução da rejeição de todos os candidatos, exceto Lula, que oscilou de 43% para 44%. A de Bolsonaro recuou três, de 58% para 55%; de Ciro, de 40% para 39%; e de Simone, de 35% para 32%.

Onde Lula pode ter errado? Na política de alianças. A opção estratégica da campanha dele foi ganhar as eleições com uma frente de esquerda, com base numa análise de que havia uma guinada nessa direção em toda a América Latina, e no Brasil não seria diferente. Chile e Colômbia seriam os grandes exemplos de vitória da esquerda com um discurso mais moderado e democrático, mas claramente mudancista. A ideia de uma frente ampla parou na vice para o ex-governador tucano Geraldo Alckmin, ao se rejeitar qualquer possibilidade de aliança, por exemplo, com o ex-presidente Michel Temer. Na verdade, não passou de retórica para esvaziar a chamada terceira via e constranger os setores que a apoiavam a derivar por gravidade em direção a Lula.

Essa estratégia não está esgotada, porque o “voto útil” pode renascer das cinzas na reta final da campanha, mas está dando errado, principalmente nas eleições estaduais, inclusive São Paulo, onde esses setores de centro podem ser empurrados em direção a Bolsonaro. Nesse aspecto, as candidaturas de Ciro e Simone podem ser a salvação da lavoura, mantendo Bolsonaro distante de Lula e abrindo a possibilidade, aí sim, no segundo turno, da articulação de uma frente ampla cuja tecelagem, obviamente, dependeria de uma mudança de atitude de Lula, do seu projeto de governo e da construção de novas alianças, bem mais amplas.

A IDEIA DE UMA FRENTE AMPLA PAROU NA VICE PARA O EX-GOVERNADOR TUCANO GERALDO ALCKMIN, AO SE REJEITAR QUALQUER POSSIBILIDADE DE ALIANÇA, POR EXEMPLO, COM O EX-PRESIDENTE MICHEL TEMER